

## PRIMEIROS ACHADOS DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BELEM – PA. De 1945 a 1964 SOB ALENTE DAS REDES DE PODER E DEMOCRACIA

Maria José Aviz Rosário (UNIMEP -SP/UFSCAR)

GT 05– Estado e Política Educacional

### Situando o estudo

O ensino público a cargo do poder público municipal tem – se materializado precipuamente no interior das escolas (em sala de aula); antes dessa materialidade, ou seja, para que de fato a educação por intermédio do ensino torne-se um direito de todos e obrigação do Estado, é necessário que algumas medidas sejam tomadas, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista pragmático ou do ponto de vista pedagógico, para que o mesmo se realize com o mínimo de organização. A organização entendida como o conjunto de elementos material/administrativos que permite a efetivação do ensino no interior das escolas municipais.

No município de Belém–PA., não é preciso muito esforço para se observar uma organização que tem permitido a efetivação do ensino público a cargo do poder público municipal. Essa organização, nos dias de hoje, conta com um sistema de ensino formalizado por Lei, nº 7.022/94, com a Secretaria de Educação e Cultura – SEMEC, um Conselho Municipal de Educação, com 59 escolas, de ensino fundamental (todas com Conselho Escolar), 33 unidades de educação infantil e 333 espaço de atendimento da educação de jovens e adultos (MOVA), um quadro funcional de 2.484 professoras (es), e, atende a 29% dos (as) alunas (os) da educação infantil, a 44.397 matrículas no ensino fundamental e 67 matrículas no ensino médio (Escola Bosque)

O exame histórico/político dessa organização, leva-nos a uma história que se confunde com a própria construção do desenvolvimento social/político/econômico do município, no qual os grupos que compõem a sociedade belenense tem debatido, discutido, divergido e resistido no sentido de orientar os rumos do ensino segundo seus interesses e opção político/ideológica. Estudos em Belém, no início do século XX, dão conta dos debates, cuja preocupação consiste nos rumos da educação a cargo do poder público e o atendimento das demandas advindas da sociedade. Essa preocupação, resultou por exemplo, na realização do Congresso Pedagógico, no início do século. Ressalta-se ainda que o século XX, no Município de Belém, em matéria de organização do ensino público, é muito rico, particularmente dos anos 20 em diante. Como por exemplo pode-se citar o aumento do número de escolas e recuperação de outras tantas sob a responsabilidade do poder público, nos anos 20 e 30 a criação da primeira diretoria de instrução pública, nos anos 40.

Se é assim pode-se afirmar com uma margem razoável de acerto que o ensino público não efetivaria sem uma organização pedagógico/política consistente, ou seja, ela é imprescindível, assim como essa organização é também fruto dos desejos e interesses contraditórios e antagônicos existentes no interior da sociedade belenense, contradições e antagonismos revelados quando se estuda o papel do poder público e de sua base de apoio, bem como o papel exercido pelos diversos grupos que disputam o poder no interior da sociedade e dos movimentos sociais.

Sendo o município fruto e palco de desejos, sonhos, esperanças, lutas e paixões no qual homens e mulheres atuam como seres historicamente determinados sendo mediadores e formuladores de meios proporcionadores de fatos que constroem, alteram e consolidam ao mesmo tempo a história e as condições objetiva e subjetiva do contexto social. As marcas dos conflitos pelo poder político de decisão, são também evidentes..

O estudo do processo de construção da organização do ensino público do Município de Belém-PA., de 1945 – 1964, tendo como eixo fulcral as redes de poder e democracia, leva aos elementos materiais e subjetivos que aparecem como peças importantes quando se estuda aspectos, neste caso, a organização do ensino público, porque quanto mais se conhece processos de construção social tem-se mais possibilidades de se envolver nas magias e tramas sociais entranhadas no seu presente como nas do seu passado ( acreditando na sua indestrutibilidade), bem como aquelas que podem vir no futuro.

Portanto, o estudo da organização do ensino público a cargo do Município de Belém, leva ao exame de questões relativas a tomadas de decisões no interior do Município pelo poder público mediadas pelas demandas advindas da sociedade reivindicadas pelos seus representantes que atuam em redes de democracia. O que se percebe quando se adentra na história político/social, daquele pedaço de chão paraense, em suas reminiscências tentando conhecer um pouco mais de sua história ainda que do ponto de vista educacional, são marcas de um Município grandioso, eloqüente, envolvente, gigantesco (do ponto de vista territorial e do ponto de vista de suas tradições culturais, participações na vida política nacional e educacional) e, que possui uma inaudita história construída e circunscrita a partir da mediação dos sujeitos nele envolvidos, ou seja, uma história construída em cima de erros, acertos, avanços e recuos, como é a história de qualquer construção social de Estado, onde homens e mulheres têm cuidados com a conservação e satisfação de suas próprias vidas e da vida dos outros, tendo em vista a preservação da espécie e de suas propriedades, com os antagonismos à ela inerentes. Esse adentrar mais acurado mostra também o outro lado, essa história ainda é pouco conhecida como também o seu povo é pouco conhecido, via de regra, o nortista é “conhecido” com nordestino e sua educação inexistente.

Uma construção municipal, incluindo a da educação, por ser social, historicamente apresenta vestígios inexoráveis da luta incessante pelo poder como um dos elementos fundantes de composição do Estado e que por isso leva tempo para ser consolidada mais tempo ainda para ser desvelada e compreendida e explicada.

E o que se observa quando se estuda o ensino público do município de Belém – PA., como parte importante da construção do município, que por ser complexo, envolver uma parte da educação pouco conhecida e estudada e que não é configurada na historiografia educacional brasileira, portanto não é partilhada com outros sujeitos.

A organização do ensino público do Município de Belém de 1945 a 1964, por se constituir em uma das partes da construção histórica da sociedade belenense, contou com a participação da comunidade em maior ou menor escala, ou seja, envolveu o ser e ‘não - ser platônico, envolvidos nas múltiplas relações sociais.

como um nada ou como um vazio: o não ser seria o outro, a alteridade que sempre contempla o mesmo, a identidade. Cada existente surge assim como um jogo em variadas proporções, do mesmo (o que ele é) com o outro (o que não é ele, os demais existentes (Aristóteles, 384 – 322 ac , 1978: XX).

O estudo situa-se no período denominado nacional/populismo<sup>1</sup> e tem como objetivo a reconstrução e análise do processo de organização do ensino público sob a responsabilidade do poder público (Executivo Municipal), a partir da compreensão das relações existentes entre as redes constitutivas de poder e de democracia (re) ordenadas no município e a elaboração de políticas públicas educacionais norteadoras de propostas implantadas que consolidaram e sistematizaram o ensino público, de 1945 a 1964.

Os motivos para seguir a trilha da instituição do ensino público do Município de Belém – PA., reside exatamente no fato de que a história da educação do Grão – Pará, incluindo a história da educação do Município de Belém, está para ser desvelada e desse modo não se sabe como essa história fora construída; quais os principais fatores que influenciaram sua criação; quais as principais lições que esse passado pode oferecer para as futuras gerações; como a construção do ensino público de Belém pode se constituir em uma referência para a historiografia da educação e contribuir desse modo para a composição da pesquisa educacional, contribuindo para que ausências históricas sejam reparadas. Caso contrário como pode-se entender uma história que deixa de lado importantes elementos e argumentos que podem oferecer uma outra visão de educação quer em nível local quer em nível nacional?

O estudo parte das seguintes indagações a respeito da construção da organização do ensino público municipal, de 1945 a 1964, tendo em vista as redes de poder e democracia.

- Como foram produzidos os embates, os conflitos e os consensos entre as redes constitutivas de poder, no âmbito do Executivo Municipal, e democracia, no âmbito dos movimentos sociais organizados, no sentido de orientar a elaboração das políticas públicas educacionais que balizaram a instituição do ensino público a cargo do Município de Belém de 1945 a 1964 ?

- Como se configurou a participação das forças sociais e locais organizadas na definição das políticas públicas educacionais balizadoras da instituição do ensino público a cargo do Município de Belém de 1945 a 1964?

Belém, por ser a capital, constitui-se no grande nascedouro e desaguardo das possibilidades sociais e educacionais do povo paraense. Incursões em sua história demonstram que o Município foi e é considerado um município de vanguarda dos principais acontecimentos que ajudaram a mudar a feição do Brasil,<sup>2</sup> inclusive no campo educacional<sup>3</sup>.

Por outro lado, excursões na história da educação brasileira mostram – nos que o conhecimento elaborado e sistematizado pelos (as) autoras (es) brasileiras (os), nessa área de conhecimento (história da educação), apresenta uma história incompleta ou a análise recai apenas sobre uma parte da realidade histórica educacional e, esta é tomada como ponto de referência quando empreende-se estudos de qualquer natureza. A base de tal análise é centrada nas regiões sudeste/sul, deixando com isso um enorme vácuo na história

---

<sup>1</sup> Entre 1945 e 1964 entraram em cena, em escala bem maior que antes, as massas assalariadas em geral.(...) É ainda nesse período que se multiplicam os grupos políticos de esquerda; e a juventude universitária se impõe ainda mais, como força política ativa e organizada. (Ianni, 1988:26)

<sup>2</sup> A Cabanagem é um exemplo singular desses movimentos de vanguarda. “A Cabanagem foi um movimento eminentemente popular que veio de baixo para cima, contrariando os interesses de classe abastada, em sua maioria, naquele tempo.” (Rocque, 2001:38)

<sup>3</sup> Em 1931, ao seguir o recém criado Regimento do Ensino Primário do Estado do Pará, Belém reorganizou seu ensino; o mesmo ocorreu em 1943 com outra reformulação no Regimento do Ensino Primário do Estado do Pará, neste a base foi pautada nos moldes modernos da Escola Ativa.

da educação das demais regiões, vácuo este que acaba por se transformar em ausência histórica. Ainda que a possibilidade de análise centrada em poucas regiões estivesse correta porque é realizada em cima de acontecimentos históricos relativos ao período em que foram produzidos, seria necessário atentar para o fato de que as análises dependem do olhar de quem o fazem. Schaff (1986: 10), ao discutir acontecimentos históricos, alerta para a seguinte situação problema. “ *À medida que os historiadores divergem, não tem a mesma visão do processo histórico, fornecem imagens diferentes, por vezes contraditórias, de um único acontecimento.*”

Ora se os próprios historiadores fornecem visões diferenciadas de um único processo histórico, pois este traz consigo a compreensão de mundo e vida de cada um que o analisa o que não dizer de processo distintos ainda que ocorridos em um mesmo período histórico?

É importante também, atentar para as conexões existentes nas construções histórico/social, nas quais cada fato social consiste no reflexo de um determinado contexto social, cabendo a quem o analisa a tarefa de desvendá-lo, observando quais os principais propósitos envolvidos.

Cada fato na sua essência ontológica reflete toda realidade; e o significado objetivo dos fatos consiste na riqueza e essencialidade com que eles completam e ao mesmo tempo refletem a realidade. Por esta razão é possível que um fato deponha mais que um outro, ou que o mesmo fato deponha mais, ou menos, dependendo do método ou da atitude subjetiva do cientista, isto é, da capacidade do cientista para interrogar os fatos e descobrir o seu conteúdo e significado objetivo. (Kosik, 1976: 45)

Levando em consideração as ponderações acerca de fatos históricos, é importante e fundamental para o credenciamento científico da chamada história da educação que as ausências históricas sejam reparadas, ou seja, que outros fatos educacionais sejam revelados, analisados e transformados em conhecimentos inclusive para as futuras gerações.

A completude se dá por meio do olhar diferente, contraditório, paradoxal, paroquial no campo geral e particular, pois a história tem que se ater para o movimento dialético de ir e voltar ao mesmo tempo e no mesmo movimento.

Esse esforço de buscar fazer mediação do particular com o geral e do geral com o particular tem sido perseguido, por autores paraenses, nas últimas décadas do século passado e início deste bem como a produção de dissertações e teses tem contribuído muito para que a história paraense em particular a história da educação belenense possa fazer parte da historiografia brasileira.

Contudo apesar do esforço registrado, o que se percebe é um enorme fosso a dividir a história da educação. Fosso este que não permite o registro da história da educação de regiões como as do Norte, ou seja, parece que a região é desprovida de história. Um fator que muito tem contribuído para esse ‘apagamento’ da história da educação belenense, pode ser debitado aos dados sobre a construção do ensino de Belém que se encontram desorganizados, fragmentados e dispersos em muitos lugares, e a literatura sistematizada sobre o mesmo é praticamente inexistente. O município de Belém, não tem um museu que reuna a história da educação belenense.

A única referência à educação paraense, em um livro de história da educação brasileira, que se reporta à educação belenense, encontra-se no livro “História da Educação”, de autoria de Paulo Ghiraldelli Jr., no qual o autor ao referir-se sobre a educação racionalista faz uma menção rápida ao Município de Belém como um dos que abrigaram escolas do tipo modernas.

A educação integral não chegou a se efetivar em experiências concretas, ao contrário da Educação Racionalista que deu origem às escolas modernas no Rio, São Paulo, Porto Alegre, **Belém do Pará**, etc., (Ghiraldelli jr. 2000: 24) . (grifos meus).

Se a história da educação já tivesse abrangido a história de todas as regiões, talvez a historiografia brasileira estivesse mais rica de detalhes nos quais as singularidades de cada espaço social pudessem ser reveladas com mais intensidade,. Neste sentido, é sempre preciso lembrar o que diz Schaff (1986:69), quando analisa as escolhas feitas quando se pesquisa um determinado objeto e, nele está certamente incluída a relação sujeito/objeto.

Toda escolha e todo encadeamento de fatos pertencem a um grande domínio da **história local ou mundial**, história de uma raça ou de uma classe, são inexoravelmente controlados por um sistema de referência no espírito daquele que seleciona e reúne os fatos. (grifos meus)

Estudar a organização do ensino público do Município de Belém de 1945 a 1964 tendo como eixo fulcral as redes de poder e democracia, é procurar estabelecer um fio condutor que inscreva e descreva essa história inserindo – a e analisando-a como uma das partes importantes e fundamentais que compõem a história da educação e do povo brasileiro.

### **Os primeiros achados**

A Educação faz parte de qualquer construção histórica haja vista a sua natureza que concorre para o desenvolvimento humano/político/social. Neste sentido, para se entender o processo de construção de propostas educacionais em qualquer nível, torna – se imperioso que se conheça a história da educação no âmbito ao qual foram produzidas. O Município de Belém, tem uma rica história, construída em muitos períodos inclusive de resistência ao instituído, torna –se igualmente necessário que ao se estudar o ensino público com suas mediações cujas bases são fundamentadas nas redes de poder e democracia que se conheça um pouco de sua história político, social e educacional.

Santa Maria de Belém do Grão Pará ou, simplesmente Belém, banhada pela Baía do Guajará, fundada em 1616, é um município de rara beleza que encanta e desencanta através de seus muitos e variados contrastes. Cidade moderna com mais de 1.200.000 habitantes, ao longo dos séculos preocupou-se em resguardar sua memória por intermédio da preservação de sua arquitetura secular de origem européia, sua relação com a natureza, e suas tradições culturais como o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, pássaro junino e boi-bumbá.

Seu processo de educação teve início com a colonização que a exemplo de outras regiões, foi entregue às ordens religiosas porque os portugueses sabiam que “*para haver*

*uma consolidação territorial, era necessária a conquista religiosa.” (Rocque, 2001:15) e a conquista religiosa era feita pela catequese e pela instrução.*

De lá para cá muita coisa mudou. No campo educacional observa-se que este tem acompanhado os processos históricos aos quais o município esteve envolvido evidenciando as relações e as contradições entre as classes sociais que se encontram no interior da sociedade quando estas atingem um determinado desenvolvimento

O ensino público a cargo do poder público ou a instrução pública tem sido um importante elemento mediador de tais contradições que em alguns momentos parecem ser inconciliáveis. A mediação articulada pelo ensino público municipal ganha mais relevo, a partir dos anos 30, do século passado, pois à medida que o país rompia com uma determinada visão de organização social, buscou na organização dos setores sociais guardida para implementar um outro modelo econômico/social, o chamado modelo de substituição de importações em detrimento do vigente (agrário/exportador) que dava sinal de exaustão. Enquanto o país se reorganizava, os municípios brasileiros como partes integrantes da federação foram convocados para a empreitada. O Município de Belém acompanhou e fez parte desse processo de mudança, porém, carregava em tal processo as suas singularidades político/histórico/social/educacional.

O processo de mudança que culminou com a reorganização política no Município, inclusive com mudanças importantes de governantes, a preocupação para com a educação era prioridade. Tal prioridade sempre esteve em pauta entre os grupos que dividiam o poder desde os anos 10. E o que se observa se a análise recair no número de estabelecimentos escolares daquela época.

Em relação ao número de escolas, nas quais o ensino público formal fora desenvolvido, pode-se observar que na década de 20, o quadro apresentava-se da seguinte forma. Em 1924, eram mantidas pela municipalidade de Belém, 41 escolas.<sup>4</sup> Em 1928,

A Intendência de Belém, mantém 39 escolas diurnas e 03 noturnas, na capital, com matrícula de 1.620 alunos, sendo 1.419 nas diurnas e 201 nas noturnas. (...) é também mantido, por essa municipalidade, um internato, para a educação de meninas orphãs, com lotação de 178 alunas, cujo número está preenchido.” (Governo do Estado do Pará, 1928: 88).

Em 1929, a situação da instrução municipal de Belém era a seguinte: de um total de 55 escolas, a Intendência de Belém mantinha 38.<sup>5</sup> Esse dados mostram com clareza o importância e a força que o ensino público municipal detinha quando da tomada de decisão governamental.

Por outro lado, pode-se verificar ainda a postura de ensaio político de Executivos Municipais em relação às obras educacionais. A esse respeito, vale a pena analisar a desenvoltura de Abelardo Condurú, Prefeito de Belém, em visita às obras da PMB, segundo, os noticiários da época.

---

<sup>4</sup> Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 3ª reunião, em 07 de setembro de 1926, pelo então governador Dr. Dionisysio Ausier Bentes. ( Governo do Estado do Pará, 1926: 21).

<sup>5</sup> Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Pará, em setembro de 1930, pelo então governador Dr. Eurico de Freitas Valle.

Ontem, pela manhã, em companhia do Dr. Nilo Bezerra, prefeito municipal de Rio Branco, Território do Acre, o prefeito Abelardo Condurú visitou vários estabelecimentos e instituições do Estado e do Município (...).

(...) Do bairro da Pedreira, dirigiram-se os mesmos ao Grupo escolar Dr. Freitas, cujas obras de reconstrução e ampliação progredem rapidamente. (...), em companhia do prefeito Condurú, seguiu para o bairro do Jurunas, onde visitou demoradamente as obras do grupo escolar Camilo Salgado. (DIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ, 01/02/1940).

O ensino público municipal a cargo do Poder Público estabelecido era inquestionavelmente importante para o desenvolvimento político/econômico/social do Município de Belém que, no período, figurava como um dos mais importantes da Região Norte. Este ensino, guardadas as particularidades, trazia consigo as marcas do poder político, desdobrado nas propostas educacionais estadual e nacional. Em muitos aspectos a organização do ensino público a cargo do município se confundia com o ensino a cargo da federação e do Estado do Pará.

Ianni (1988: 38), ao analisar a perspectiva regional do ponto de vista do progresso, nesse período, diz que: “As disparidades regionais permitem compreender melhor o aparecimento e a sustentação de lideranças “estaduais” bem marcadas.” No Estado do Pará Magalhães Barata, representante do poder político regional, destacou-se com um dos maiores líderes da história paraense depois de 1930, um dos fatos que muito contribuíram para tal é que Barata, ao assumir a Interventoria paraense pela primeira vez,

tomou a mais revolucionária de todas as suas decisões: abriu os portões do Palácio do Governo para o povo; e os humildes moradores dos subúrbios de Belém, pela primeira vez subiram, em sua maioria calçando rústicos tamancos, pois não possuíam sapatos, as escadarias de mármore do Palácio, para as famosas e pioneiras “audiências públicas” . (Rocque, 2001:158).

Essa preocupação pode ser comprovada a partir de documentos que dão de ações empreendidas por importantes líderes políticos, como era o caso de Magalhães Barata, que na qualidade de governador do Estado. Este se utilizava de expedientes poucos convencionais para que seus subordinados administrativos e políticos ficassem sempre a mercê de suas ordens; *(...), ordenava aos prefeitos uma série de providências; tempos depois voltava para cobrar. Espalhou escolas e periodicamente ia visitá-las, de surpresa, para ver se funcionava a contento*. (Rocque, 2001:161).

No Plano histórico - político institucional, é importante que se analise que essa perspectiva fazia parte dos projetos em curso que tiveram seu início na década de 10 e foram aprofundada a partir de 30. Isso pode ser demonstrado pela preocupação com o número de estabelecimentos de ensino destas décadas tendo como marca principal o acompanhamento do desenvolvimento social, político e econômico que era balizado por relações sociais de poder e democracia.

Relações estas que guardadas as peculiaridades locais traziam as marcas dos acontecimentos históricos nacional - geral, como as que foram engendradas no plano

político institucional a exemplo das reformas que adentraram em todos os setores da sociedade brasileira, em particular em Belém, como a nova forma de conceber o artístico, a partir da Semana de Arte Moderna, em São Paulo, em 1922, (repercutiu em Belém através do movimento dos artistas, cantores, letristas, etc); a criação do Partido Comunista Brasileiro - PCB, em 1922, servindo de orientação para o movimento operário (em Belém, os documentos registram a criação de células<sup>6</sup>); o movimento dos tenentes (do qual Magalhães Barata era originário, e o desenvolvimento da indústria (muitas vezes abortado) que retoma seu desenvolvimento a partir de 1922 e 1923.

Ainda que o município, padecesse de autonomia para desenvolver-se segundo suas necessidades político/sociais. As decisões eram baseadas em relações de poder entre os grupos que disputavam a hegemonia política em âmbito local e nacional e os grupos que lhes faziam oposição, destacando-se os movimentos sociais e partidos políticos de esquerda com destaque para a atuação do Partido Comunista Brasileiro – PCB, organizações comunitárias e movimento estudantil organizado. Nesta relação de forças se processavam as alianças e os confrontos.

A falta de autonomia, ainda que relativa, fazia com que as autoridades ficassem a reboque das políticas estaduais, prescindindo de uma legislação específica. Aliada à falta de legislação específica e autonomia, juntavam-se os anseios da população cansada do jogo político engendrado pelos políticos locais. Coimbra (1981, in Damasceno, 1993: 137), analisando o processo anterior à Revolução de 30, no Pará, manifesta-se:

A comunidade paraense estava cansada de assistir aos conchavos, ao abandono da verdadeira causa pública, ao desinteresse pelo progresso material e cultural do Estado, ao descalabro financeiro, e acima de tudo, aos desmandos do autoritarismo, ao protecionismo desleal e desonesto que enriquecia a poucos em detrimento de todos, às custas do patrimônio do Pará.

Os anos se passavam, os governos se sucediam da mesma forma enganadora após eleições fraudulentas, os mesmos homens se revezavam nos mais altos postos do Estado, e a população continuava amargando dias de miséria. As oposições e as minorias jamais podiam nem mesmo sonhar com a participação efetiva nos negócios políticos, porque as depurações caíam sobre elas como machado degolador do carrasco.

Esse jogo político tradicionalmente era engendrado em Belém, pelas forças políticas detentoras do poder local, ou seja, a política nos moldes do coronelismo ainda surtia seus efeitos, produzindo no interior da sociedade civil sentimentos paradoxais, insatisfação com o regime em voga e paralisia das reivindicações de direitos mais elementares, como a educação pela sociedade civil organizada, especialmente as demandas daqueles que lhes faziam oposição.

Por outro lado, observa-se que esse jogo de poder que impunha uma alta rotatividade dos prefeitos (de 1945 a 1961 passaram pela PMB, 13 prefeitos) fragilizando com isso um projeto com linhas mais coesa de ação no que diz respeito às políticas públicas sociais, por parte do Município.

---

<sup>6</sup> O PCB como instituição partidária foi criado em Belém, em 1931. Sobre essa criação, consultar: Pomar P. Carvalho, L. M. (1980).



No campo da sociedade civil organizada pode-se observar que as forças sociais engendravam ações no sentido de fazer valer seus direitos, trabalhavam no espaço deixado pelo poder público instituído bem como pelo grupo que detinham o poder político. O espaço era ocupado e construído porque os mandatários da condução política, administrativa, econômica e educacional, emergentes que eram do novo contexto social não tinham no interior da sociedade belenense unanimidade em relação ao modelo instaurado, possibilitando a organização da resistência na qual ficava evidenciada a disputa pelo poder no interior da sociedade paraense. O discurso de João Amazonas, em 1945, quando da instalação do Comitê Estadual do Partido Comunista, em Belém, é um bom exemplo da resistência. *“No Pará (...) as atividades comunistas não datarão de hoje. Vêm já de alguns anos, uma vida subterrânea, cheia de sacrifícios ignorados, de devotamentos silenciosos, uma vida dura, perseguida caluniada.”* (Pomar, 1980, p. 54).

Outro importante comunista paraense Pedro Pomar, mesmo ausente na solenidade de instalação do Comitê, mandou uma carta, na qual expressa a sua opinião sobre a importância do partido para a construção da democracia paraense.

O povo do Pará conta, de hoje em diante, com um Partido de tipo diferente, que se bate, efetivamente, pelos direitos da classe operária, e de todas as camadas populares, de um Partido que pratica a democracia e luta por ela, um Partido Patriota e conseqüente.

Para os comunistas, especialmente para aqueles que, nessa boa e querida terra, sempre acreditaram nas virtudes antifascistas dos paraenses, a instalação do Partido Comunista, no nosso Estado, constitui razão de imenso júbilo. (Pomar, 1980: 55).

Outra indicação da falta de unanimidade em relação ao modelo político, em Belém, pode ser observada a partir da organização estudantil. A esse respeito Veiga (1984: 28), informa que:

Em Belém, as manifestações públicas de protesto tiveram início a 24 de janeiro de 1945 por ocasião do comício promovido pela União Acadêmica Paraense - UAP, com vistas à mobilização do povo contra o fascismo. Segundo noticiam os jornais da época, às cinco e vinte da tarde uma imensa massa aglomerava-se em torno do relógio da Praça Siqueira Campos para ouvir a palavra de incentivo, de luta, de patriotismo e de unidade contra o inimigo comum: Hitler e seus aliados.

No campo educacional, além da ingerência explícita dos governos estadual e federal; falta de distribuição de competências técnicas e políticas, existia uma grande contradição em relação às responsabilidades e condução da educação primária, pois ao mesmo tempo em que os prefeitos tentavam implementar propostas educacionais de cunho municipais para o atendimento das reivindicações dos belenenses, edificavam sua obra educacional como dirigentes locais e ao mesmo tempo fortaleciam as suas figuras como grandes políticos

O Executivo Municipal, ao empreender ou erigir construções que expressavam a obra educacional do Município de Belém, o fazia porque acreditava na possibilidade de

demarcar a presença da prefeitura como co-autora de obras de tamanha envergadura. Por outro lado, o atendimento às diversas demandas sociais, inclusive aquelas advindas da oposição fazia-se necessário para o desenho do quadro político e a educação servia como suporte de atendimento das necessidades da sociedade belenense.

Como a articulação, elaboração e efetivação do ensino público municipal, são frutos da dinâmica social, na qual se entrecruzam idéias divergentes e convergentes no plano social, político e econômico, fruto das lutas de classes travadas no interior da sociedade, o que se observa também é que a (re)implantação do estado democrático, com a queda do Estado Novo, permitiu ao município de Belém, acúmulo de forças que lhe possibilitou um possível rompimento das amarras impostas pelo governo central, rumo a elaboração de políticas públicas que levasse em conta o movimento dialético do geral para particular e do particular para o geral, tendo a educação como aliada importante do jogo político que se avizinhava.

As amarras foram fisuradas, primeiro porque em nível mais geral todo o processo gerado pela Segunda Guerra, propiciou a formação de uma frente de liberais – democratas, socialistas e comunistas que intentavam o fortalecimento de regimes democráticos como legítimos. Em Belém, as organizações sociais que pleiteavam as liberdades, justiça e igualdade irrestritas eram orientadas majoritariamente pelo PCB.

A organização do ensino público do município de Belém, de 1945 – a 1964, período que se convencionou a chamar de nacional – desenvolvimentista, fora construída nesse processo de rearrumação social política e contribuíra para mudar as relações sociais até então empreendidas; e, por outro lado era usada como um importante instrumento de ação tanto do Estado como dos movimentos sociais, que invencionavam à orientação da sociedade segundo suas concepções de organização

Essa preocupação é expressa pela observação e análise do salto quantitativo no que diz respeito à organização do ensino público do Município. Entre 1940 e 1961, foram muitas realizações tais como: a criação da primeira Diretoria de Instrução Pública (com status de secretária), em 1949, a instituição da merenda escolar; Criação de pequenas bibliotecas nas escolas; Criação do Serviço de orientação do Ensino Municipal; autorização para criação de Escolas Municipais, Escola Municipal Rural “República do México”, em Coqueiro; Escola Municipal “ República do Panamá”, baixada da Av. Gentil Bittencourt, no local em que funcionava a lavanderia pública; Escola municipal “República de Honduras”, na rua Cesário Alvim, criação do Departamento Municipal de Educação e Cultura, criação do Serviço de Assistência Médico Escolar; fornecimento gratuito aos alunos reconhecidamente desprovidos de recursos, que freqüentam as escolas públicas municipais, livros didáticos e material escolar necessário aos estudos. No total foram criadas trinta cinco (35) escolas municipais por força de lei e mais o Ginásio Municipal Avertano Rocha e um Instituto para cegos.

Outro elemento importante para a compreensão de tal período diz respeito às discussões travadas no âmbito da Câmara Municipal de Belém, quando da elaboração da primeira lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1961 e que atravessou as décadas de 40, 50 e início da de 60. Ainda nesse período, fora instituída obrigatoriamente o ensino de Educação Moral e Cívica.

Essa trajetória de discussão para a elaboração das políticas públicas que resultou na organização escolar municipal estava intimamente ligada aos encaminhamentos políticos centrais em nível federal ou estadual, haja vista as redes as quais estes encontravam-se ligados.

Porem a criação do Departamento Municipal de Educação e Cultura, por intermedio da Lei nº 4107/58, ainda que subordinado à Secretaria de Administração, permitiu ao ensino primário, sob a responsabilidade da Prefeitura, uma organização mais profunda na qual as funções e atribuições são bem definidas;

**Art. 1.** Fica criado o Departamento Municipal de Educação e cultura, diretamente subordinado à Secretaria de Administração. **Art. 2** – Os atuais serviços da Diretoria do Ensino Municipal, seu pessoal, acervo e dotação orçamentária, serão distribuídos segundo a natureza de cada um deles pelos órgãos constitutivos do Departamento Municipal de Educação e Cultura, e automaticamente extintas as repartições incumbidas dos mesmos serviços. **Art. 3** – terá o Departamento Municipal de Educação e Cultura a seguinte constituição:

Diretoria Geral;

Divisão de Educação Escolar;

Divisão de Educação Extra Escolar. **Art. 4** - São órgãos da Divisão Escolar, a Inspeção Escolar, o Serviço de Orientação e a Rede Escolar Municipal. **Art. 5** – A Divisão de Educação Escolar abrangerá os seguintes tipos de ensino:

a) Pré - primário

b) Primário (fundamenta e supletivo);

c) ginasial;

d) Iniciação Agrícola;

e) Profissional. **Parágrafo – Único** : O curso primário supletivo será regulado por instruções baixadas pelo Diretor Geral, de conformidade com as leis que regem o ensino. **Art. 6** – A Divisão de Educação Extra – Escolar compor – se – á dos seguintes serviços: Merenda Escolar; Assistência Social; Educação Física; Canto orfeônico; Bibliotecas Escolares; Assistência Médico – Escolar. **Parágrafo – Primeiro:** O serviço de Merenda Escolar será dirigido por um funcionário municipal, de livre escolha do chefe do Executivo e orientará os trabalhos de distribuição e fiscalização da merenda escolar, de acordo com as normas estabelecidas pela Campanha Nacional de Merenda Escolar. **Parágrafo – Segundo:** O Serviço de Assistência tem por finalidade prestar aos escolares s suas famílias a necessária assistência, visando a integração social e a formação de hábitos sadios. **Parágrafo – Terceiro:** O Serviço de Bibliotecas Escolares tem por finalidade proporcionar ao corpo docente e discente da escolas primárias o material bibliográfico necessário aos seus estudos e pesquisas, desenvolvendo nos alunos o gosto pela leitura.

**Parágrafo – Quarto:** Os Serviços de Educação Física e Canto Orfeônico tem por finalidade, respectivamente proporcionar vigor físico aos escolares e possibilitar educação artística aos alunos. **Art. 7** – Os serviços mencionados nos parágrafos 3 e 4 do artigo anterior, serão organizados tão logo o permitam as possibilidades financeiras da Comuna. **Art. 8** – O serviço de Orientação do Ensino Municipal, criado e organizado pela lei n. 3913, de 25/09/957, fica subordinado à Divisão de Educação Escolar do Departamento criado por esta lei, mantida a sua estrutura atual. **Art. 9** – Ficam criados no Quadro Único Municipal os seguintes cargos:

Isolado, de provimento em comissão: 1 – de Diretor Geral – padrão V

1 – de Diretor de Divisão – padrão U; Isolado, de provimento efetivo: 2 – de Assistente Social – padrão H; 2 - de Datilógrafo - padrão E; 1 - de Auxilia - padrão G ; 1 - de Auxiliar padrão F; **Parágrafo** –

**Primeiro:** o atual cargo de Diretor do Ensino – padrão U, passa a Ter exercício na Divisão de Educação Extra – Escolar. **Parágrafo – Segundo:** Aos ocupantes dos cargos de Diretor Geral e Diretor de divisão é assegurada a gratificação de um terço (1/3) do padrão fixo de vencimentos, a título de representação. **Parágrafo – Terceiro:** Os cargos criados neste artigo, terão as seguintes lotações: 1 – de Diretor na Divisão de Educação Escolar; 1 - de Datilógrafo na diretoria Geral. 1 - de Datilógrafo na divisão de Educação Extra – Escolar; 2 - de Assistente Social no Setor de Assistência Social; 2 – de Auxiliar no Setor de Merenda Escolar. **Art. 10** – Fica instituída a gratificação de Cr\$ 2.000,00 (Dois Mil Cruzeiros), mensais que será destinada ao funcionário que chefiar o Serviço de Merenda Escolar. **Art. 11** – Ficam transformados em Coordenador e Inspetor, respectivamente, os atuais cargos de Subdiretor e Subinspetor, lotados na Diretoria de Ensino. **Art. 12** – Fica elevado de O para R o padrão de vencimento do cargo de inspetor. **Art. 13** – os atuais cargos de “professor” dos padrões E e G passam a se classificados no padrão H. **Art. 14** – Ficam extintas as funções gratificadas de Chefe de Expediente e orientador dos trabalhos Pedagógicos com exercício na Diretoria (Geral) do Ensino. **Art. 15** – Para atender aos encargos criados por esta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no corrente exercício o crédito de Cr\$ 229.717,00 (duzentos e vinte e nove mil, setecentos e dezessete cruzeiros). **Art. 16** – Dentro de trinta (30) dias a contar da publicação desta lei, o Chefe do Executivo organizará, em decreto, a estrutura e o Regimento Interno do Departamento ora criado. **Art. 17** – Está lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (Câmara Municipal de Belém, Lei nº 4107, 1958).

A criação do Departamento Municipal de Educação e Cultura, constitui-se em um dos achados do estudo e confirma que a organização do ensino público do Município de Belém, de 1945 a 1964, apresenta fortes indícios de uma estruturação que permite pensar que esta organização era pensada e implementada pelos atores sociais em luta pelo poder, neste caso educacional, no interior da sociedade belenense.

## **Bibliografia**

- BOJUNGA, Cláudio. JK, o artista do impossível. Rio de Janeiro, objetiva, 2001
- DAMASCENO, R. A. **A Segunda República e a Educação no Pará:** Um olhar sobre o dominante, Centro de Educação - UFPA. (mimeografado), 1993
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2002.
- FILHO, Armando Alves. NETO José Maia Bezerra. SOUSA, José Alves júnior. **Pontos de História da Amazônia.** Belém: produção independente, 1999.
- GOVERNO DO ESTDO DO PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Para, em setembro de 1930, pelo governador Dr. Eurico de Freitas Valle, Belém, 1930.
- GOVERNO DO ESTDO DO PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Para, em setembro de 1926, pelo governador Dr. Dionisyio Ausier Bentes.

IANI, Otávio. **O colapso do populismo** no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1988.

KOSIK, Karel. A dialética do concreto. TRAD. NEVES, Célia e TORIBIO, Alderico. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.

POMAR, P. CARVALHO, L.M. **Memórias nº 2** Pedro Pomar. *Debates*, São Paulo: ed. Brasil, 1980.

ROSÁRIO, Maria José Aviz. **A organização da educação no Município de Belém – PA., de 1937 a 1945.**

SCAFF, Adam. **História e verdade.** TRAD. DUARTE, Maria Paula. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

ROCQUE, Carlos. **História Geral de Belém e do Grão – Pará.** Belém: Distribel, 2001.

RODRIGUES, H. **Álbum do Pará,** Belém. 1939

VEIGA, H. M. **A Redemocratização em Belém (1945-1947):** Os comitês democráticos e a Campanha Contra a Fome. Belém: FASE, 1984.